VAMOS PARTICIPAR CONDICIONALMENTE

(Acerca da participação nas "**comissões de curso**" criadas pelas autoridades)

ALGUNS FACTOS

- Um comunicado da chamada "Junta de Delegados de Direito" (estrutura sindicalista do ME) de 25/11/70 entre outras coisas, "denuncia o cariz repressivo da nota da Reitoria" (sobre "comissões de curso") e "repudia uma regulamentação das suas actividades e órgãos que tem por fim descaracterizá-las e subordiná-las". Já antes "Os estudantes de Direito em reunião de Junta aberta" (outra estrutura sindicalista do ME) de 21/11/70 afirmava que "continuaremos a eleger os nossos delegados, e comissões pedagógicas". Com isto sugeriam uma não participação nessas estruturas criadas pelas autoridades académicas.

- No dia 26/11/70 a chamada "Assembleia de Faculdade de Letras" (reuniu com cerca de 50 estudantes) considera incumbência dos "estudantes" a "denúncia contra toda a demagogia reformista por parte do governo e a correspondente luta contra os seus reflexos no meio estudantil: as miragens participacionistas...". Nova afirmação, portanto, da tendência definida em Direito.

- Todavia, com base numa das três propostas apresentadas por grupúsculos do ME na Faculdade de Medicina foi integrado (27/11/70) na "Proposta de Programa do Movimento Estudantil para 1970/71" um conjunto de 4 pontos que indiciam uma possível participação: "Os estudantes afirmam as suas posições inequívocas: (...) 4 - que no caso de se decidir a presença em tais comissões, os elementos estudantis sejam meros porta-vozes das decisões dos seus órgãos representativos". Participação que, é evidente, postula a aceitação pelas autoridades de certas regras de jogo sindicalistas, mas possível participação.

- Entretanto durante essa semana pré-eleitoral um grupo de "sócios do CITAC que se demitem" considera o organismo como sendo "fascizante" e inserido no tipo de cultura burguesa e repressiva do governo.

- Na mesma ordem de ideias três Repúblicas (1000-Y-Onários, Pim-pim-neles e Trunfé-Kopos) publicam a 28/11 um comunicado intitulado "Requiem pelo Conselho de Repúblicas" em que deciden abandoná-lo. Antes dessa decisão fazem uma análise do CR como estrutura e tipo de actuação ultrapassada pelas "massas na sua dinâmica", "refreadora dos estudantes" no pós-crise de 69, com programas eleitorais "cozinhados por certo número de cabeças", funcionando em "moldes de uma democraticidade falsa" e "utilizando-se da consciência contrista de certas camadas estudantis", e, por isso, podendo vir a tornar-se "o entrave número um da radicalização das massas". Como requiem final aconselham o CR a conservar "a sua feição tradicionalista, imbuída de um certo casticismo de fados, copos de vinho, campeonatos de metrecos e sueca com um fundo negro de capas e batinas".

- Em resposta aos ataques à "falsa democraticidade" (e não aos outros que teriam "a devida resposta em futura e próxima comunicação do CR") veio a República dos Pim-pim-neles (elegendo que apenas "vários elementos da República" subscreveram o comunicado que referimos a sem representatividade) veio em 29/11 considerar o comunicado das três Repúblicas "acentuadamente anti-estudantil e antidemocrático" e comparando essa actuação à da "PIDE - DGS".

- Como pano de fundo de tudo isto o ME, colocado deliberadamente como único candidato às eleições da AA, apenas conseguiu com uma lista de compromisso entre várias tendências que nas chamadas "Assembleias de Faculdade" votassem cerca de 350 estudantes (num total de dez mil que há em Coimbra) e que só 310 votassem nas eleições de 30/11.

- Foi parte dessa "Academia de 300" (entre os quais o recém-eleito Presidente da Assembleia Geral) que, aliciada por 2 comunicados da Direcção Geral da AA e por um convívio hàbilmente preparado, tentou baldadamente perturbar politicamente (gritos de "fascistas" e "abaixo a guerra colonial") a saída dum espectáculo académico do Orfeon, o que aliás não conseguiram.

COMENTÁRIO

A esclerose interna do ME que referíamos no texto "O que é o Secretariado..." confirma-se nestes factos. As lutas pelo poder, as tentativas pró e contra certas tendências derrotadas a partir da crise de 69, ganham uma amplitude tal que originam a impossibilidade de serem resolvidas no silêncio dos bastidores, tendo de ser trazidas à luz do dia. Ataques recíprocos de falsa democraticidade, de cariz anti-estudantil, são feitos, lançando a confusão no espírito de todos. A tendência favorável ao CR, que a manobra governamental tentou reanimar (veja-se a comunicação do Magnífico Reitor) consegue, talvez contra as previsões, um certo ascendente nas designações internas dos candidatos do ME. A menor preparação logística foi compensada por uma melhor aparelhagem intelectual e técnica em termos de permitir um relativo triunfo.

No entanto, as tendências de novo triunfantes (contra as quais reagiram externamente os sócios demissionários do CITAC e as três Repúblicas - ou duas?) não deixaram de ser o que sempre foram: expressão duma perspectiva revolucionária e sindicalista das relações universitárias, con-

siderando a Universidade como um campo de prática duma luta social. Expressão disso é a já referida "proposta de programa do AE" que, embora depurada de certas expressões externamente politizadas como "luta anticolonialista" (vd. projecto da "Assembleia de Faculdade de Letras"), mantém uma focagem dos problemas e uma linguagem inalterada. Não têm pois razão os tenores das "três Repúblicas" dissidentes. O que há diverso do passado mais próximo é apenas a valorização relativa de certa táctica de actuação (aproveitamento do que consideram "cadências do poder", como são entendidas as "comissões de curso" em questão, p. ex.) e abandono relativo de outras (o processo eleitoral e de feitura do programa a partir da base, da massa, processo aliás apenas formal e que continua a entregar a minorias dentro da minoria a elaboração de todos os projectos, mas que pode tornar-se desvantajosa como o mostra a queda abissal dos aderentes do ME). A tendência é esta, mas evolui lentamente pelo que é natural a permanência duma recusa utópica em alguns casos ou os protestos radicais e tàcticamente prejudiciais em outros.

O ME, portanto, revê a sua táctica mas mantém inalterada a sua estratégia. As suas finalidades não se alteram. O seu cariz revolucionário mantém-se. Apenas se irá aproveitar o melhor possível (e não já o mais irredutivelmente possível) as "ofertas do poder", denunciando-as mas procurando tirar delas o maior proveito.

O QUE PRETENDEM AS AUTORIDADES COM AS "COMISSÕES DE CURSO"

É nesta conjuntura que surge e deve ser interpretada a proposta do Magnífico Reitor.

Pretendem as autoridades com ela, segundo pensamos, três coisas fundamentalmente:

1) Conseguir colher experiências para a Reforma que se está a iniciar; através desses órgãos auscultar-se-á a opinião de professores e estudantes, convencidos agora da importância desse contacto;

2) Demonstrar que o ME é um grupo reduzido no meio académico, que é uma minoria activa que por ser activa consegue iludir numèricamente perante a apatia da generalidade dos estudantes. Pretende-se assim demonstrar uma coisa já demonstrada e também fazer nascer uma "maioria silenciosa" faladora o que, pelo menos, é uma contradição nos termos;

3) Conseguir, suscitando a participação nessas estruturas dos restantes sectores académicos, a aceitação por eles duma futura reforma, seja ela qual for, iludidos pelo mito da participação a que nessa altura já terão aderido.

O QUE PENSAMOS DA PARTICIPAÇÃO E DESTA PARTICIPAÇÃO

Ao defendermos uma Universidade Corporativa, integrada por todos os elementos que a constituem, estamos a defender a indispensabilidade da participação estudantil na vida e governo da Universidade.

Sabemos, no entanto, que a Universidade em que vivemos não é, na sua estrutura, uma universidade corporativa. Ela é, pelo contrário, uma universidade burocratizada, um serviço público e, além disso, uma universidade-palco de contestação sindical, contestação classista, feita pelo sector mais activo do meio, o movimento estudantil.

Sabemos também que o ambiente que respiramos não é comunitário e se encontra desadaptado das necessidades nacionais. Isso é resultante sobretudo de males ligados ao ensino anterior. O Estado e a família demitiram-se há muitos anos da sua função educativa, deixando o período liceal tecnificar-se em excesso e provocar, por isso, a não percepção dos valores nacionais fundamentais.

Estes dois dados levar-nos-ão, necessàriamente, a considerar que a participação que é oferecida é uma participação imprópria, só formalmente corporativa, pois as estruturas e as pessoas não estão preparadas para uma adaptação válida a um sistema comunitário e corporativo de relações universitárias. Sem se tocar profundamente em todo o sistema educacional pré-universitário isso será mesmo impossível.

É portanto por defendermos a participação corporativa que não podemos ser defensores desta participação que é oferecida pelo Magnífico Reitor. Pese embora a boa-fé que não duvidamos que

haja da sua parte e restantes autoridades, esta participação é semelhante à participação neo-capitalista no campo sócio-económico que visa formar "interlocutores válidos". Não se trata de, mais profundamente, desenvolver um processo no sentido dum futuro governo da Universidade inserida na Nação Portuguesa por professores e estudantes.

QUE FAZER?

Em face das coordenadas que acabámos de referir, uma participação do Secretariado, como órgão técnico ou como estrutura de ligação, na proposta feita pelas autoridades académicas poderá induzir em erro. Poder-se-á pensar numa incoerência entre os princípios definidos e a actuação concreta.

Mas o Secretariado pensa também que embora uma verdadeira participação seja objectivamente impossível e esteja convicto que as finalidades das autoridades não são coincidentes com as que nos levam a defender a participação corporativa, não obstante tudo isso, algumas vantagens importantes terá a sua intervenção.

Assim começará por se mostrar, na prática, a impossibilidade objectiva duma participação corporativa sem se alterarem as coordenadas que referimos. Essa impossibilidade derivando de razões educacionais não-universitárias é pura demagogia instituir participação estudantil no Governo da Universidade sem essas alterações.

Além disso, desejamos também fornecer experiências para a Reforma futura; nesse sentido temos actuado e actuaremos. Também estamos interessados, embora com motivos e finalidades distintas das do Governo, em mostrar mais uma vez que o ME é uma minoria, muito activa e bastante vasta, mas minoria. O que não significa que nos julguemos maioritários. A maioria, infelizmente, são os "silenciosos" e assim permanecerão, por mais que a estratégia governamental, no sector universitário, procure acentar neles. Esta experiência também demonstrará isto.

E estamos preparados. Estamos preparados para a hipótese de haver uma tentativa anestesiante das autoridades, como acimimos atrás. Não embarcaremos no mito da participação, porque não é realista e adequada a que se nos depare; também não aceitaremos qualquer reforma só por ser uma "reforma". Somos reformistas mas não tecnocráticos. E estando preparados saberemos manter a possibilidade de crítica positiva e construtiva sobre qualquer reforma que não devamos aceitar.

VAMOS POIS PARTICIPAR CONDICIONALMENTE

Em consequência de tudo isto, iremos participar nesta experiência com as seguintes condições:

1) Consideramos neste momento e sem uma profunda reformulação de toda a orientação governamental (ou a falta dela) em matéria educacional, objectivamente impossível a participação corporativa que defendemos;

2) Pensamos, com os dados que temos da actuação das autoridades, que a participação desejada por elas não é a participação corporativa que desejamos e poderá redundar até num obstáculo a essa participação no futuro; isto, não obstante as "comissões de curso" serem órgãos formalmente corporativos;

3) Nesse espírito, não aceitamos, em absoluto, a criação de "Juntas de Delegados" ou instituições congéneres, que têm um cariz sindicalista que repudiamos; de facto, são órgãos de representação exclusivamente estudantil e expressão dum entendimento do estudandato como classe definida e contraposta à classe dos professores e ao Governo; esta é uma condição sine qua non da nossa intervenção; achamos porém necessário, mas isso é radicalmente diverso, contactos regu-

lados entre as várias "comissões de curso";

4) Pelas mesmas razões também não aceitamos em absoluto a inserção dessas estruturas, ou dos representantes eleitos dos estudantes, na Associação Académica, estrutura hoje inaceitável e sindicalizada sob o "contrôle" do Movimento Estudantil.

5) Só com um processo eleitoral sério e imparcial acederemos a participar. Entendemos por tal a existência de cadernos eleitorais, voto secreto e uninominal, a criação de condições que permitam e incentivem a participação no acto eleitoral do maior número possível de estudantes (como seja o funcionamento durante vários dias das assembleias eleitorais) e que sejamos colocados nas mesmas condições de subsídios financeiros que o ME tem através da AA;

6) Em qualquer momento abandonaremos a experiência em questão se ela se vier a orientar em sentidos contrários ao que reputámos fundamental (se se sindicalizar, p. ex.).

O SECRETARIADO ORGANIZADOR DA ACÇÃO E COORDENADOR DOS GRUPOS DE ESTUDO NA UNIVERSIDADE